



© UNICEF Moçambique/Mariano Silva

Porque é que isso importa

As mulheres que se casam antes dos 18 anos estão expostas a níveis mais elevados de violência por parte do parceiro íntimo – **39%, em comparação com 26%** entre as que se casam depois dos 18 anos – o que torna a união prematura uma causa e consequência da violência de género.

A união prematura acarreta riscos graves para a saúde reprodutiva – as raparigas casadas antes dos 18 anos têm aproximadamente **19 por cento mais** probabilidade de sofrer aborto espontâneo ou nado-morto.

As consequências estendem-se à geração seguinte – Crianças nascidas de mães casadas antes dos 18 anos têm quase 30 por cento mais probabilidade de morrer antes do quinto aniversário, percentagem que sobe para 42% no caso das crianças nascidas de mães casadas antes dos 15 anos.

A união prematura é uma barreira à educação – quase dois terços das mulheres casadas ainda crianças não tinham escolaridade ou tinham ensino primário incompleto, e as raparigas casadas antes dos 18 anos têm quase 8 por cento menos probabilidade de concluir o ensino secundário. Entre as mulheres que apenas concluíram o ensino primário, 65 por cento eram casadas ainda crianças, em comparação com apenas 11 por cento das que concluíram o ensino secundário.

A união prematura priva as raparigas de oportunidades económicas – levando a uma menor participação na força de trabalho, reduzindo a produtividade e consolidando ciclos intergeracionais de pobreza.

Unões Prematuras em Moçambique

Moçambique está entre os países com **maior prevalência de uniões prematuras a nível mundial**, com taxas que se mantêm em níveis extremamente elevados — tendo registado apenas uma descida ínfima, de 50 % para 48 %, desde 2017.

Quase 1 em cada 2 mulheres entre os 18 e os 49 anos em Moçambique casa-se antes dos 18 anos, e 1 em cada 8 antes dos 15 anos, privando-as da infância, da educação e do futuro.

As uniões prematuras **afectam desproporcionalmente as raparigas**. É uma **manifestação da desigualdade de género e das normas sociais prejudiciais**, sendo simultaneamente um factor determinante e uma consequência da violência contra as mulheres e as crianças.

As raparigas provenientes **dos agregados familiares mais desfavorecidos têm quase quatro vezes mais probabilidades de casar antes dos 18 anos** do que as raparigas provenientes de agregados com melhores condições, o que as aprisiona em ciclos de pobreza e interrompe a sua educação.

A união prematura é quase **duas vezes mais prevalente nas zonas rurais do que nas zonas urbanas**, sendo as províncias do norte as mais afectadas.

Choques climáticos e conflitos armados estão a intensificar a crise. Em Cabo Delgado, mais **de 61 por cento** das raparigas casam antes dos 18 anos, em comparação com 16 por cento em Maputo, o que revela como as crises humanitárias impulsionam a união prematura como um mecanismo negativo de sobrevivência.

Mulheres entre os 20 e os 24 anos que se casaram antes dos 18 **têm mais do dobro dos filhos** do que aquelas que casam mais tarde (2,2 vs. 0,9). As raparigas casadas antes dos 15 anos têm níveis de fertilidade ainda mais elevados.

Custo Económico das Uniões Prematuras

As uniões prematuras custam a Moçambique aproximadamente **42,4 mil milhões de MZN** anuais, equivalente a 4,01 por cento do PIB.

- Os impactos relacionados com a saúde representam aproximadamente 28,8 mil milhões de MZN em perdas económicas, equivalentes a 2,72 por cento do PIB.
- As perdas relacionadas com a educação, associadas a um menor nível de escolaridade e redução dos rendimentos, ascendem a aproximadamente MZN 13,6 mil milhões, equivalente a 1,28 por cento do PIB.

A união prematura precoce antes dos 15 anos custa a Moçambique cerca de 17,9 mil milhões de MZN anuais, equivalente a 1,69 por cento do PIB.

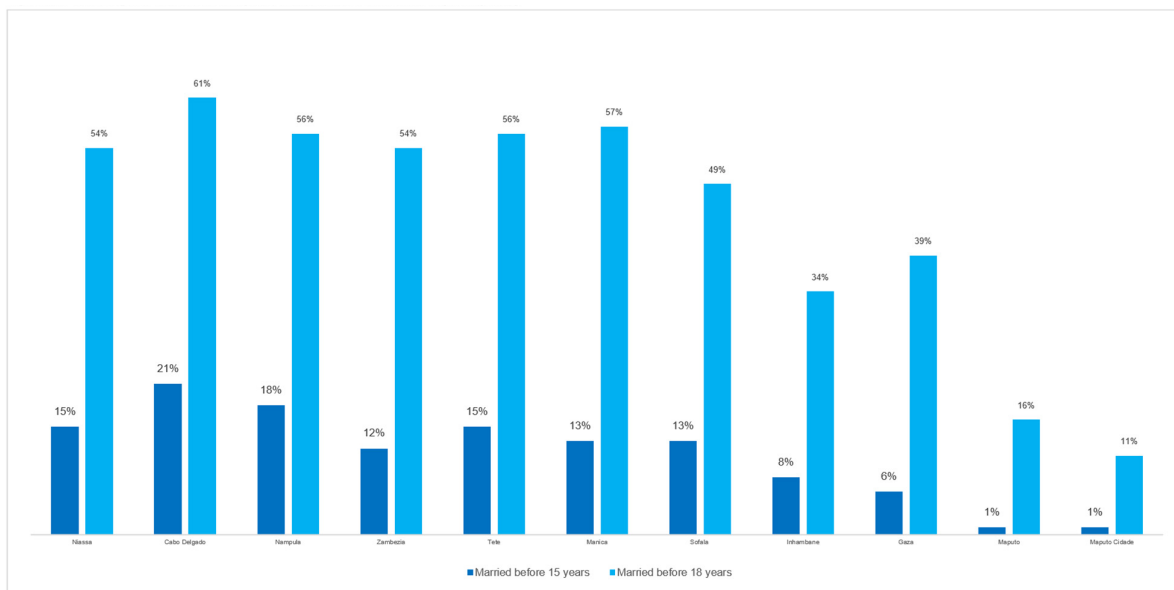
O custo económico anual por caso de união prematura é de aproximadamente MZN 10.543, enquanto o custo anual por caso de casamento infantil precoce (antes dos 15 anos) é aproximadamente MZN 15.267 — cerca de 45 por cento mais elevado.

A União prematura continua a ser uma crise nacional de desenvolvimento

Os dados mais recentes do Inquérito Demográfico ao Agregado Familiar (DHS) 2022-2023 mostram que aproximadamente **46,5 por cento das mulheres entre os 18 e os 49 anos** casaram antes dos 18 anos, enquanto **13,5 por cento** casaram antes dos 15 anos.

A união prematura é uma questão predominantemente de género, afectando de forma desproporcional as raparigas, e continua intimamente ligada à pobreza e à desigualdade geográfica. A prática é mais prevalente entre famílias desfavorecidas e rurais. As raparigas dos agregados mais pobres têm quase quatro vezes mais probabilidade de casar antes dos 18 anos do que as suas pares com melhores condições. As taxas são também quase o dobro das mais elevadas em zonas rurais em comparação com as urbanas. As disparidades provinciais são particularmente evidentes. Em Cabo Delgado, mais de 60 por cento das raparigas casam antes dos 18 anos, comparado com 16 por cento em Maputo.

Figura 1: Percentagem de mulheres dos 20 aos 24 anos casadas antes dos 15 e dos 18 anos (2022)



O CUSTO ECONÓMICO DAS UNIÕES PREMATURAS EM MOÇAMBIQUE

Figura 2: Taxas de União Prematura, por divisão urbano-rural, 2022

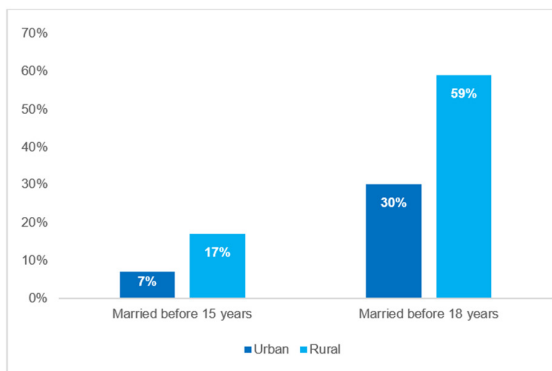
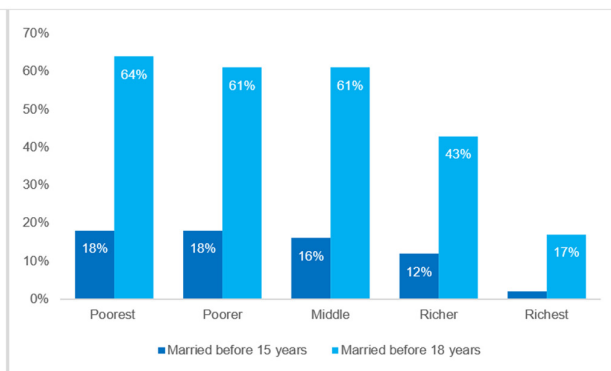


Figura 3: Taxas de União Prematura entre mulheres, por quintil de riqueza, 2022



Consequências ao Longo da Vida e para as Gerações Futuras: Prejudicar Raparigas, Famílias e o Futuro de Moçambique

A união prematura viola os direitos das raparigas a uma infância segura e saudável e compromete a sua capacidade de desenvolver todo o seu potencial, tanto na infância como na idade adulta. Cria custos sociais e económicos a longo prazo para as famílias, comunidades e o país. As raparigas casadas antes dos 18 anos têm uma probabilidade significativamente maior de engravidar precocemente e de apresentar taxas de fertilidade elevadas. Mulheres entre os 20 e os 24 anos que foram casadas ainda crianças têm em média **2,2 filhos**, comparado com **0,9 filhos** entre as mulheres não casadas antes dos 18 anos. As raparigas casadas antes dos 15 anos têm níveis de fertilidade ainda mais elevados, com 2,6 filhos por mulher.

A maternidade precoce aumenta os riscos de complicações maternas, mortalidade infantil e pobreza a longo prazo. A análise de regressão sugere que raparigas casadas antes dos 18 anos sofrem sérios riscos para a saúde reprodutiva. Têm aproximadamente 19 por cento mais probabilidade de sofrer aborto espontâneo ou nado-morto. As consequências estendem-se à geração seguinte. Os dados do DHS indicam que 14 por cento das mães com idades entre os 20 e os 24 anos que se casaram pela primeira vez antes dos 18 anos relataram ter tido a morte de um filho, em comparação com apenas 5 por cento das mães que se casaram após os 18 anos. Esta proporção de mães que reportam mortalidade infantil é ainda maior entre as mães que estiveram casadas antes dos 15 anos, com quase uma em cada quatro mães (23 por cento) que foram vítimas de uniões prematuras precoces a relatar mortalidade infantil.

A união prematura é causa e consequência da violência de género e está associada a um aumento do risco de mulheres sofrerem violência por parceiro íntimo (VPI). As raparigas casadas antes dos 18 anos têm quase 25 por cento mais probabilidade de sofrer violência entre parceiros íntimos. Dados do DHS (2022) mostram que as taxas do ano passado de VPI experienciadas por mulheres casadas ainda crianças (39 por cento) são significativamente superiores às taxas semelhantes entre mulheres casadas já adultas (26 por cento).

A união prematura é uma barreira à educação. A educação é outro caminho importante pelo qual a união prematura perpetua a pobreza e a desigualdade. O estudo estima que a união prematura reduz a probabilidade de concluir o ensino secundário em quase 8 por cento. Entre as mulheres casadas ainda crianças, dois terços não tinham qualquer escolaridade ou tinham o ensino primário incompleto, enquanto apenas uma pequena proporção concluiu o ensino secundário ou superior. A união prematura priva as raparigas de oportunidades económicas. Limita as suas futuras oportunidades de emprego e o seu potencial de rendimentos, reforçando os ciclos intergeracionais de pobreza.

O CUSTO ECONÓMICO DAS UNIÕES PREMATURAS EM MOÇAMBIQUE

Figura 4: Número médio de filhos por mulher dos 20 aos 24 anos, por união prematura, 2022

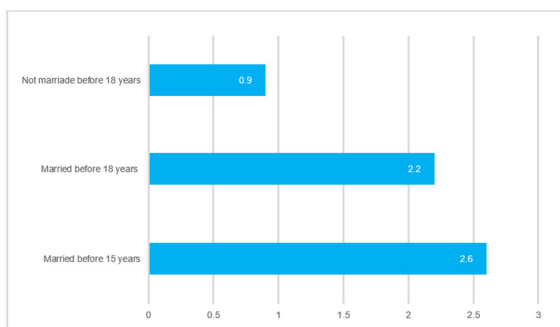


Figura 5: Proporção de mães entre os 20 e os 24 anos que tiveram um filho falecido, por estatuto de união prematura, 2022

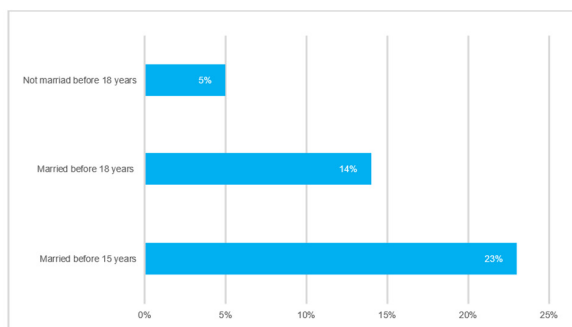
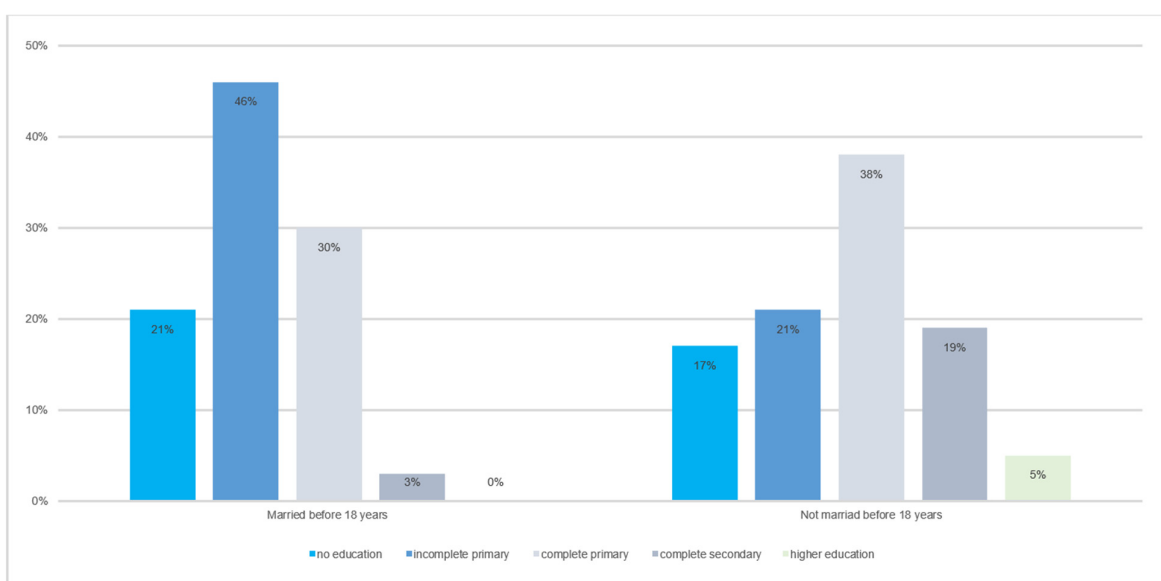


Figura 7: Nível de escolaridade das mulheres, por estatuto de união prematura, 2022



O Custo Económico da União Prematura

A união prematura impõe um peso económico substancial a Moçambique, minando o desenvolvimento do capital humano, a produtividade e o crescimento económico a longo prazo. Para além das suas consequências prejudiciais para os direitos e bem-estar das raparigas, a união prematura gera custos significativos para os sectores da saúde e da educação, enfraquece os resultados no mercado de trabalho e limita o potencial de desenvolvimento do país.

*Os resultados indicam que as uniões prematuras custaram a Moçambique aproximadamente **42,4 mil milhões de MZN em 2021**, equivalente a **4,01 por cento do PIB**.*

A maior parte destas perdas resultou de desfechos adversos de saúde associados à gravidez na adolescência, complicações maternas e aumento da mortalidade infantil. As perdas relacionadas com a saúde foram estimadas em **MZN 28,8 mil milhões** (2,72 por cento do PIB).

O CUSTO ECONÓMICO DAS UNIÕES PREMATURAS EM MOÇAMBIQUE

(em Milhões MZN)	Custos relacionados com a saúde	Custos relacionados com a educação	Total	% GDP
União Prematura < 18 anos				
Mulheres (18–49 anos)	616.35	13,600.41	14,216.76	1.34%
Crianças (0–4 anos)	28,185.34	-	28,185.34	2.66%
Total	28,801.70	13,600.41	42,402.11	4.01%
União Prematura Precoce < 15 anos				
Mulheres (18–49 anos)	152.92	4,025.53	4,178.45	0.39%
Crianças (0–4 anos)	13,684.25	-	13,684.25	1.29%
Total	13,837.17	4,025.53	17,862.70	1.69%

A união prematura também contribui para perdas significativas nas áreas de educação e produtividade. Os dados da análise mostram que a união prematura reduz a probabilidade de concluir o ensino secundário em aproximadamente **7,9 por cento**, gerando perdas relacionadas com a educação estimadas em **MZN 13,6 mil milhões** (1,28 por cento do PIB).

Os impactos económicos são ainda mais graves para as raparigas casadas antes dos 15 anos. Só a união prematura precoce resultou em perdas estimadas em **MZN 17,9 mil milhões em 2021**, equivalente a **1,69 por cento do PIB**. Destas perdas, aproximadamente **13,8 mil milhões de MZN** estiveram ligadas a impactos na saúde, enquanto **4 mil milhões de MZN** resultaram de menor nível de escolaridade e redução dos rendimentos ao longo da vida.

Os resultados mostram ainda que o custo económico por caso é significativamente mais elevado entre as raparigas casadas antes dos 15 anos. O custo anual por caso de casamento infantil precoce foi estimado em **MZN 15.267**, aproximadamente **45 por cento superior** ao custo anual médio por caso de união prematura no total (**MZN 10.543**). Isto reflecte as consequências particularmente graves e duradouras associadas ao casamento em idades muito precoces.

Também emergem disparidades importantes entre áreas urbanas e rurais. A união prematura reduziu as probabilidades de conclusão do ensino secundário em **15,4 por cento** entre as raparigas das zonas urbanas, comparado com **3,7 por cento** entre as raparigas das zonas rurais. De igual forma, as perdas anuais de rendimento por rapariga afectada foram substancialmente mais elevadas nas áreas urbanas (**MZN 7.049**) do que nas zonas rurais (**MZN 1.874**). No entanto, como a união prematura continua a ser muito mais prevalente nas comunidades rurais, o número total de raparigas afectadas — e o encargo económico agregado — é consideravelmente maior nas zonas rurais.

Em termos gerais, as evidências demonstram que a união prematura não é apenas uma questão de protecção infantil e igualdade de género, mas também um grande desafio macroeconómico e de desenvolvimento. Acabar com a união prematura geraria retornos sociais e económicos significativos ao melhorar os resultados educativos, reduzir os encargos de saúde, reforçar a participação económica das mulheres e acelerar o crescimento inclusivo em Moçambique.

Custo anual por caso de união prematura e precoce, 2021

	Prevalência (%)	Prevalência (Número)	Custo Total (MZN)	Custo por Caso (MZN)
União Prematura	46.45%	4 021 814	42 402 108 443	10 543
União Prematura precoce	13.51%	1 170 008	17 862 704 693	15 267

Recomendações políticas e caminho a seguir

O UNICEF e parceiros apelam ao Governo e aos parceiros de desenvolvimento para:

1. **Aumentar o investimento e alinhar o financiamento para** intervenções de prevenção e resposta às uniões prematuras baseadas em evidências, dando prioridade às regiões mais afectadas e às raparigas mais vulneráveis nas províncias de alta prevalência e comunidades rurais.
2. **Possibilitar um plano de acção nacional** e cenários de financiamento para a operacionalização das acções de prevenção e resposta às uniões prematuras no terceiro Plano Nacional para Crianças (PNAC 2025-2034)
3. **Reforçar a implementação da Lei contra as Uniões Prematuras**, aplicando a idade mínima legal para casar, incluindo uniões consuetudinárias e informais, e envolvendo líderes comunitários para prevenir uniões prematuras, precoces e forçadas.
4. **Expandir o acesso ao ensino secundário de qualidade**, especialmente para raparigas, proporcionando oportunidades de aprendizagem para rendimento, desenvolvimento de competências e empoderamento económico.
5. **Investir na prevenção precoce com abordagens comprovadas e de grande-impacto**, como manter as raparigas na escola, adiar a primeira gravidez e combater normas sociais prejudiciais direccionadas a raparigas com menos de 15 anos, através de soluções digitais inovadoras e aprendizagem acelerada para raparigas dos 10 aos 14 anos.
6. **Estabelecer serviços de saúde sexual e reprodutiva**, incluindo planeamento familiar e cuidados de saúde materna, para reduzir gravidezes precoces e os riscos associados à saúde.
7. **Expandir os programas de protecção social direccionados a agregados familiares desfavorecidos** para combater os factores económicos das uniões prematuras.
8. **Promover diálogos comunitários para mudar normas sociais prejudiciais**, envolvendo líderes religiosos, líderes tradicionais, organizações da sociedade civil e redes juvenis.
9. **Ampliar e convergir acções** que integrem educação, saúde, género e protecção social para garantir escalabilidade, ligações intersectoriais, viabilidade e eficácia dos recursos.
10. Integrar e harmonizar mecanismos de denúncia, gestão de casos e vias de encaminhamento para tratar os casos de união prematura através de serviços coordenados.
11. **Promover a apropriação e a responsabilização das estruturas comunitárias de protecção da criança (CCPCs)** para a expansão das comunidades livres de uniões prematuras.
12. Garantir um compromisso político sustentado e um aumento do investimento em múltiplos sectores (saúde, educação, assistência e protecção social).

Os doadores têm um papel decisivo na transformação desta evidência em impacto. Acabar com as uniões prematuras em Moçambique é possível, rentável e transformador. Com investimento estratégico, Moçambique pode gerar ganhos económicos significativos, proteger milhões de raparigas e acelerar o progresso rumo a um desenvolvimento sustentável e inclusivo.

Metodologia

O estudo estimou o custo económico das uniões prematuras em Moçambique, utilizando dados representativos a nível nacional do Inquérito Demográfico e de Saúde de Moçambique (DHS 2022–23), do Inquérito ao Orçamento Familiar (IOF 2022), do Estudo Global de Carga de Doenças (GBDS) e de dados económicos do Banco Mundial. A análise centrou-se em dois principais caminhos através dos quais as uniões prematuras afectam o desenvolvimento económico: impactos relacionados com a saúde e impactos relacionados com a educação.

Para estimar os custos relacionados com a saúde, o estudo mediu primeiro a prevalência das uniões prematuras e das uniões prematuras precoces entre mulheres entre os 18 e os 49 anos, utilizando dados do DHS. Foram então utilizados modelos estatísticos de regressão para estimar a relação entre as uniões prematuras e uma série de resultados adversos, incluindo violência por parceiro íntimo, aborto espontâneo, nado-morto, mortalidade infantil e outros riscos para a saúde que afectam tanto mulheres como crianças.

O estudo calculou posteriormente as Fracções Atribuíveis da População (PAFs) para estimar a proporção destes resultados adversos directamente atribuíveis às uniões prematuras. Estas estimativas foram combinadas com dados do *Global Burden of Disease Study* para calcular os anos de vida ajustados pela incapacidade (DALYs), que medem anos de vida saudável perdidos devido a doença, incapacidade ou morte prematura. Os DALYs atribuíveis às uniões prematuras foram depois convertidos em perdas económicas usando o PIB per capita de Moçambique.

Para estimar os custos relacionados com a educação, o estudo analisou como as uniões prematuras afectam a probabilidade das raparigas concluírem o ensino secundário e como o menor nível de escolaridade influencia os rendimentos futuros e a produtividade laboral. Utilizando dados do *Household Budget Survey*, o estudo estimou as perdas de rendimento associadas à redução do nível de escolaridade entre as mulheres afectadas pelas uniões prematuras.

Por fim, o estudo combinou as perdas relacionadas com a saúde e a educação para estimar o custo económico total das uniões prematuras em Moçambique. Foram também realizadas análises de sensibilidade utilizando simulações de Monte Carlo para testar a robustez e fiabilidade dos resultados.

Com o generoso apoio de:

**end child
marriage**
A voice. A chance. A future.



Ministry of Foreign Affairs
and International Cooperation



Government of the Netherlands

 **Norway**




**ZONTA
INTERNATIONAL**
BUILD A BETTER WORLD
FOR WOMEN AND GIRLS

